



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 2031887 - MG (2022/0320031-9)

RELATOR : **MINISTRO MESSOD AZULAY NETO**
EMBARGANTE : VITOR CHAVES ZAPALA PIMENTEL
ADVOGADOS : FELIPE MARTINS PINTO - MG082771
RAFAEL SANTOS SOARES - MG133039
ARNALDO LARES CAMPAGNANI - MG183428
PAULA ROCHA GOUVEA BRENER - MG189740
ANA LUIZA RODARTE BUENO E OUTRO(S) - MG052106
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela defesa de VITOR C Z PIMENTAL alegando a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, "uma vez ultrapassados três anos desde a publicação do acórdão da apelação que confirmou sua condenação, bem como, da decisão que acolheu os embargos e corrigiu o erro material."

Requer, portanto, o conhecimento e acolhimento dos presentes embargos de declaração, para que suprida omissão interna do julgado, para fins de sanar o mencionado vício, bem como para prequestionar a matéria, conforme o art. 1.025 do Código de Processo Civil.

É o relatório. **DECIDO.**

Os embargos reúnem condição de provimento. Não pelas razões deduzidas pela defesa, vez que somente após o trânsito em julgado para ambas as partes, a contagem do prazo prescricional é regida pela pena aplicada em concreto. Contudo, impõe-se o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal pela pena máxima cominada em abstrato.

Os autos indicam que o ora embargante teve negado provimento à sua apelação, mantida a sentença que julgou procedente a denúncia para condená-lo pela prática do art. 21, da Lei de Contravenções Renais, à pena definitiva de 18 (dezoito) dias de prisão simples em regime aberto e ao pagamento de indenização arbitrada em favor da vítima no importe de R\$20.000,00 (vinte mil reais) a título de danos morais.

Verifica-se, no caso, a não ocorrência do trânsito do em julgado da sentença condenatória para ambas as partes do processo, que constitui o marco inicial para a contagem da prescrição da pretensão executória, a teor do julgamento do AI n. 794.971-AgR/RJ (DJe de 28/06 /2021), no qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal o definiu como tal.

Alinhando-se ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, a Terceira Seção deste Tribunal, unificando o entendimento das Turmas especializadas em direito penal quanto ao tema, deu provimento ao agravo regimental interposto pelo Ministério Público Federal, nos autos do REsp n. 1.983.259/PR, julgado em 26/10/2022, para determinar que o termo inicial para a contagem da prescrição da pretensão executória é o trânsito em julgado para ambas as partes.

Dessa forma, não se tendo operado o trânsito em julgado da sentença condenatória, regerà, a prescrição, a pena máxima em abstrato cominada para o crime em exame, como prevê o art. 109, *caput*, do CP. Esta não supera o patamar de um ano e, considerando que, nos termos do disposto no art. 109, VI, do Código Penal, o prazo prescricional é de três anos, o reconhecimento da prescrição é inafastável.

Confirmam-se:

Art. 21. Praticar vias de fato contra alguém:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de cem mil réis a um conto de réis, se o fato não constitui crime.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos. (Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003)

§ 1º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 14.994, de 2024)

§ 2º Se a contravenção é praticada contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), aplica-se a pena em triplo. (Incluído pela Lei nº 14.994, de 2024)

Em sendo assim, levando-se em conta que o acórdão que confirmou a condenação foi publicado em 17/06/2021 (o acórdão dos embargos, em 28/10/2021), bem como, que a pena máxima cominada para o delito em exame é de 3 (três) meses de prisão simples (mesmo que triplicada, a teor do § 2º do dispositivo), deve reger a prescrição, o prazo do inciso VI, do art. 109, do Código Penal, ou seja, de 3 (três) anos.

Considerando que transcorreram 3 anos entre os marcos prescricionais previstos no artigo 117, IV e V, do CP, a saber, iv - data da publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis e v - pelo início ou continuação do cumprimento da pena, afirma-se a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva .

Do exposto, acolho os embargos de declaração, **para declarar prescrita a pretensão punitiva estatal de VITOR CHAVES ZAPALA PIMENTAL em relação ao fato descrito no art. 21, da Lei de Contravenções Penais, praticado em 24 de fevereiro de 2017, na forma da fundamentação supra.**

Brasília, 14 de março de 2025.

Ministro Messod Azulay Neto
Relator